



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTRARIA N° 582/2020 PRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, XVIII, da Resolução TRE-TO nº 282, de 11 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal relativo ao 2º Quadrimestre de 2020, constante do demonstrativo anexo a esta Portaria (eventos 1409037 e 1409039).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 24 de setembro de 2020.

Desembargador EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

Presidente



Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 19:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1411169** e o código CRC **4C1AD7D7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS ¹ (b)		
	LIQUIDADAS															
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.343.121,90	5.335.987,49	8.136.990,16	7.176.954,64	6.885.869,27	5.483.335,07	5.631.907,32	5.601.586,57	5.558.637,16	5.653.514,80	5.573.423,34	5.595.198,97	71.976.526,69	-		
Pessoal Ativo	4.850.895,51	4.839.216,03	7.355.067,21	6.655.488,81	6.103.670,46	4.960.773,54	5.126.641,83	5.098.204,24	5.055.254,83	5.150.132,47	5.070.041,01	5.091.816,64	65.357.202,58	-		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.213.878,70	4.201.228,88	6.090.009,14	6.027.723,42	5.475.887,03	4.332.560,43	4.328.600,40	4.283.481,91	4.244.997,01	4.341.933,91	4.262.007,62	4.284.375,91	56.086.684,36	-		
Obrigações Patronais	637.016,81	637.987,15	1.265.058,07	627.765,39	627.783,43	628.213,11	798.041,43	814.722,33	810.257,82	808.198,56	808.033,39	807.440,73	9.270.518,22	-		
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Pessoal Inativo e Pensionistas	492.226,39	496.771,46	781.922,95	521.465,83	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	6.619.324,11	-		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	445.968,64	450.513,71	712.532,86	475.208,08	712.812,17	475.720,96	458.716,33	456.833,17	456.833,17	456.833,17	456.833,17	456.833,17	6.015.638,60	-		
Pensões	46.257,75	46.257,75	69.390,09	46.257,75	69.386,64	46.840,57	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	603.685,51	-		
Outros Benefícios Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	492.226,39	47.260,68	341.375,70	463.168,87	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	5.670.969,12	-		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	1.002,93	-	416.911,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	417.914,05	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	492.226,39	46.257,75	341.375,70	46.257,75	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	5.253.055,07	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.850.895,51	5.288.726,81	7.795.614,46	6.713.785,77	6.103.670,46	4.960.773,54	5.126.641,83	5.098.204,24	5.055.254,83	5.150.132,47	5.070.041,01	5.091.816,64	66.305.557,57	-	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a+III b)	66.305.557,57	0,008666
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	94.843.224,02	0,012396
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	90.101.062,82	0,011776
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	85.358.901,62	0,011156

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 22/set/2020, 17h e 13m.

'Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.'

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição – versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO**Diretor-Geral**

Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 16:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS**Secretário de Administração e Orçamento**

Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 16:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

JACINTA BRITO TAVARES**Coordenadora de Controle Interno e Auditoria**

Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 17:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Desembargador EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER**Presidente**

Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 19:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador 1409037 e o código CRC 7AF9E4C9.



0009632-52.2020.6.27.8000

1409037v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020			
R\$ 1,00			
DESPESAS EXECUTADAS			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	71.976.526,69		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.670.969,12		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	66.305.557,57		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,008666%		
% DA RCL			
VALOR			
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,012431%	95.111.013,05
	Resol CNJ 5/2005	0,012419%	95.019.199,67
	Resol CNJ 26/2006	-	-
	Resol CNJ 177/2013	0,012396%	94.843.224,02
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 16:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento



Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 16:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

JACINTA BRITO TAVARES
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria



Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 17:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Desembargador EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER
Presidente



Documento assinado eletronicamente em 24/09/2020, às 19:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1409039** e o código CRC **3845EAB9**.

Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	114.867,98	-	-	-	-	-	-	-	114.867,98	-	600.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.266.729,68	3.318.163,36	1.081.343,86	-	4.945.739,03	3.805.260,19	3.308.136,36	3.238.451,37	3.252.811,83	3.241.114,08	3.249.212,49	3.246.280,57	35.453.242,82	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	10.378.420,43	10.451.905,37	19.579.766,14	15.809.277,54	13.946.214,69	10.935.899,72	10.789.933,94	11.003.145,48	10.858.801,57	10.927.888,49	10.869.922,52	10.998.574,01	146.549.749,90	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
VALOR % SOBRE A RCL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												765.111.520.022,84		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIa + IIb)												146.549.749,90	0,019154	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)												266.480.691,31	0,034829	
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)												253.156.656,74	0,033088	
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)												239.832.622,18	0,031346	

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRESC, Data de emissão: 21/SET/2020, hora da emissão: 16h e 15m.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013

2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

3) Conforme Orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização de dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizados no último quadrimestre de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2019 A AGOSTO 2020

			R\$ 1,00
			DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			182.717.860,70
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (61º do art. 19 da LRF) (II)			36.168.110,80
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			146.549.749,90
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -RCL (IV)			765.111.520.022,84
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100			0,019154%
LIMITE MÁXIMO<%>\1			% DA RCL
LRF, art. 20, inciso I,II e III			0,034929%
Resol 5/2005	CNJ Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005.	0,034894%
Resol 26/2006	CNJ Ato decorrente\2:	-	-
Resol 177/2013	CNJ Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013. Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	0,034829%

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

JOSÉ LUIZ SOBIERAJSKI JÚNIOR
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDUARDO CARDOSO
Secretário de Administração e Orçamento

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Secretária de Controle Interno e Auditoria

DANIEL SCHAEFFER SELL
Diretor-Geral

Des. JAIME RAMOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 582, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, §2º, ambos da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, XVIII, da Resolução TRE-TO nº. 282, de 11 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal relativo ao 2º Quadrimestre de 2020, constante do demonstrativo anexo a esta Portaria (eventos 1409037 e 1409039).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												
	LIQUIDADAS												
Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.343.121,90	5.335.987,49	8.136.990,16	7.176.954,64	6.885.869,27	5.483.335,07	5.631.907,32	5.601.586,57	5.558.637,16	5.653.514,80	5.573.423,34	5.595.198,97	71.976.526,69
Pessoal Ativo	4.850.895,51	4.839.216,03	7.355.067,21	6.655.488,81	6.103.670,46	4.960.773,54	5.126.641,83	5.098.204,24	5.055.254,83	5.150.132,47	5.070.041,01	5.091.816,64	65.357.202,58
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.213.878,70	4.201.228,88	6.090.009,14	6.027.723,42	5.475.887,03	4.332.560,43	4.328.600,40	4.283.481,91	4.244.997,01	4.341.933,91	4.262.007,62	4.284.375,91	56.086.684,36
Obrigações Patronais	637.016,81	637.987,15	1.265.058,07	627.765,39	627.783,43	628.213,11	798.041,43	814.722,33	810.257,82	808.198,56	808.033,39	807.440,73	9.270.518,22
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	492.226,39	496.771,46	781.922,95	521.465,83	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	6.619.324,11
Aposentadorias, Reserva e Reformas	445.968,64	450.513,71	712.532,86	475.208,08	712.812,17	475.720,96	458.716,33	456.833,17	456.833,17	456.833,17	456.833,17	456.833,17	6.015.638,60
Pensões	46.257,75	46.257,75	69.390,09	46.257,75	69.386,64	46.840,57	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	603.685,51
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 186, segunda-feira, 28 de setembro de 2020

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	492.226,39	47.260,68	341.375,70	463.168,87	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	5.670.969,12	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	1.002,93	-	416.911,12	-	-	-	-	-	-	-	-	417.914,05	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	492.226,39	46.257,75	341.375,70	46.257,75	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	5.253.055,07	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	4.850.895,51	5.288.726,81	7.795.614,46	6.713.785,77	6.103.670,46	4.960.773,54	5.126.641,83	5.098.204,24	5.055.254,83	5.150.132,47	5.070.041,01	5.091.816,64	66.305.557,57	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR			% SOBRE A RCL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)						765.111.520.022,84					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)						66.305.557,57					
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)						94.843.224,02					
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)						90.101.062,82					
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)						85.358.901,62					

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 22/set/2020, 17h e 13m.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

R\$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			71.976.526,69		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)			5.670.969,12		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)			66.305.557,57		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			765.111.520.022,84		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			0,008666%		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100			%		
LRF, art. 20, incisos I, II e III			% DA RCL		
Resol. CNJ 5/2005			0,012431%		
Resol. CNJ 26/2006			0,012419%		
Resol. CNJ 177/2013			0,012396%		
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSIT/2015			94.843.224,02		

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER
Presidente do Tribunal

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor Geral

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento

JACINTA BRITO TAVARES
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTRARIA Nº GPR 1.701, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do art. 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2020, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (a)		
	LIQUIDADAS														
	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	188.978.617,26	189.235.453,45	294.827.492,71	241.039.057,16	269.937.994,24	187.491.956,10	194.969.889,95	192.319.362,42	192.189.001,83	194.352.169,88	198.629.952,54	199.979.756,11	2.543.950.703,65	2.472.790,69	
Pessoal Ativo	147.649.564,49	147.660.853,31	232.176.395,90	193.989.183,74	207.132.710,68	145.615.921,43	153.230.536,55	150.534.787,18	150.540.631,40	152.685.456,79	156.769.967,72	158.119.600,34	1.996.105.609,53	1.933.822,66	